



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
2ª DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO

Expediente nº	: 11832/2018
Assunto	: Análise do Plano Municipal de Educação
Responsáveis	: Ronaldo Rodrigues Parente – Prefeito (CPF: 575.743.831-20) Maria Goreth Guimarães – Secretária. (CPF: 611.890.141-49)
Município	: São Bento do Tocantins
Órgão	: Secretaria da Educação
Relator	: Conselheiro André Luiz de Matos Gonçalves

Relatório Preliminar nº 88/2018

1. INTRODUÇÃO/APRESENTAÇÃO

Trata-se do resultado preliminar da fiscalização sobre o acompanhamento do cumprimento do Plano Nacional de Educação-PNE aprovado pela Lei Federal nº 13.005/2014 por parte do Município de São Bento do Tocantins, de acordo com o escopo definido no Plano Anual de Auditorias e Fiscalização para 2018, aprovado por este Tribunal conforme Resolução nº 152/2018 - TCE/TO - Pleno.

Nos termos do artigo 214 da Constituição Federal, o Plano Nacional de Educação define as diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas, que conduzam a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, dentre outros.

Conforme o artigo 8º da Lei n 13.005/2014 cada Ente da Federação deve elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE, cabendo aos gestores, nos termos do art. 7º, §1º da mesma Lei, a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE.

Em consequência, para viabilizar a execução das ações governamentais, o Poder Executivo Municipal deve formular propostas de leis orçamentárias (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais) de maneira a consignar dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias dos Planos de Educação, conforme dispõe o artigo 10¹ da Lei nº 13.005/2014.

Nesse sentido, nos termos da Lei Estadual nº 1.284/2001, Planejamento Estratégico deste TCE/TO para 2016/2021, Resolução TCE/TO nº 152/2018-TCE/TO – Pleno, que aprovou o Plano Anual de Auditorias e Fiscalização para 2018 e da Resolução ATRICON

¹ Art. 10. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PNE e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
2ª DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO

nº 03/2015, que aprovou as Diretrizes de Controle Externo relacionadas à temática “Controle Externo dos recursos públicos destinados à Educação”, a fiscalização exercida por este Tribunal de Contas abrangerá não apenas os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários e patrimoniais, mas também avaliará a evolução do cumprimento das metas e estratégias previstas no Plano Nacional da Educação.

Outrossim, nos termos da Resolução ATRICON nº 03/2015, o Tribunal estimulará o controle social dos recursos da educação, adotando, dentre outras medidas, a interação com os conselhos de acompanhamento e controle social da educação e demais envolvidas na formulação de políticas públicas voltadas para a área.

Deste modo, é oportuno destacar a necessidade de que os conselhos de acompanhamento e controle social da área da educação sejam atuantes e interajam com outros que impactem na elaboração e promoção das políticas públicas relativas a educação, tais como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar, ambos previstos na Lei Federal nº 8.069/90, visando colaborar na implementação das ações previstas no Plano Nacional de Educação e dar cumprimento à legislação, inclusive ao disposto nos artigos 3º e 4º da Instrução Normativa TCE/TO nº 02/2015.

2. ESCOPO E METODOLOGIA DO TRABALHO

Não obstante a abrangência do PNE, nesta etapa de fiscalização o escopo da análise limitou-se a aspectos de compatibilidade dos planos dos Municípios com o Plano Nacional da Educação, bem como a verificação do cumprimento das metas nº 1, 7 e 18 do PNE, quais sejam:

Meta 1 do Plano Nacional de Educação de “Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta da educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE;

Meta 7 do Plano Nacional da Educação de “Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB (...)”. O IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, constitui-se em um indicador que reúne os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações:

A Meta 18 do Plano Nacional de Educação “Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.”

A metodologia utilizada para realização dos trabalhos, foi a consulta na ferramenta TC EDUCA, bancos de dados do SICAP – Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública e Painel de Controle do MEC - SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle, não adentrando em exames mais aprofundados que podem ser efetuados em outra etapa ou modalidade de fiscalização a cargo deste Tribunal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
2ª DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO

O Sistema TC-EDUCA é uma ferramenta que permite verificar se as ações previstas nos planos de educação estão sendo atendidas pelos entes jurisdicionados, em termos percentuais, dentro dos prazos definidos na legislação, tendo por base as informações do Censo Escolar (quanto aos alunos matriculados na rede de ensino), e DATASUS/IBGE (quanto à população do Município). O sistema permite visualizar a situação de cada uma das metas de acordo com os indicadores, apresentando os percentuais do Brasil e do Estado e ou Município selecionados, permitindo uma comparação entre eles, demonstrando, inclusive o histórico da meta escolhida.

3. RESULTADO DA FISCALIZAÇÃO:

I - Incompatibilidade das metas estabelecidas no Plano Municipal da Educação, Lei Municipal nº 245/2015, com o de metas estabelecidas no Plano Nacional da Educação, que demonstra descumprimento do artigo 3^o² da Lei Federal nº 13.005/2014, conforme segue:

a) descumprimento de vagas em creche e pré-escola em quantitativo suficiente para o atingimento da **Meta 1A** do Plano Nacional da Educação estabelecidas na Lei Federal nº 13005/2014 tendo em vista que conforme os dados levantados no Sistema TC educa, disponível em <https://pne.tce.mg.gov.br>, apenas 168 do total de 197 ou seja, 85,28% das crianças de 4 e 5 anos encontram-se matriculados na educação infantil, quando deveria ter atingido a meta de 100,00% até 2016, evidenciando descumprimento do artigo 208³, I e IV da Constituição Federal, e da Lei Federal nº 13.005/2014;

b) Tendência de descumprimento da **Meta 1B** do Plano Nacional da Educação tendo em vista que conforme os dados levantados no Sistema TC educa, disponível em <https://pne.tce.mg.gov.br>, nenhuma criança de 0 a 3 anos, do total de 419, ou seja, 0,00% encontra-se matriculados na educação infantil, sendo que o Município deverá atingir a meta de 50,00% até 2024. Importante destacar também, que o prazo estabelecido no PME de São Bento do Tocantins foi até 2025.

c) Descumprimento da Meta do IDEB no ano de 2017, anos iniciais e Cumpriu nos anos finais, estabelecida na Lei Federal nº 13.005/2014 como a **Meta 7**, qual seja, “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB (...)” e, portanto, o Município poderá também não alcançar a meta nacional em 2021, pois conforme tabela abaixo, em consulta ao sitio do INEP no endereço eletrônico (<http://portal.inep.gov.br>), apurou-se:

² Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PNE, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

³ **Art. 208.** O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

(...)

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
2ª DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO

Tabela 1 - IDEB

IDEB	Meta 2017 (Cfe.Lei nº 13.005/2014)	ÍNDICE ALCANÇADO 2017 (Cfe.INEP)
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5.5	0,0 sem média no SAEB
Anos Finais do Ensino Fundamental	5.0	não consta

d) Descumprimento da **Meta 18** do PNE estabelecida na Lei Federal nº 13.005/2014 no que se refere ao Piso Salarial Nacional tendo em vista que, conforme os dados encaminhados pelo Município via SICAP-Atos de Pessoal (relatório anexo extraído da folha do mês de outubro/18), 58 de um total de 68, ou seja, 85,29% dos Professores do Magistério do Município de São Bento do Tocantins, são remunerados com valores mensais inferiores ao Piso estabelecido pela Portaria nº 1.595, de 28 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 2.455,35. Ressalta-se que a relação do SICAP-Atos de Pessoal não leva em consideração a proporcionalidade de Professor 20h, Professor 30h e Assistente de Professor.

e) Descumprimento da Estratégia nº 18.1 do Plano Nacional da Educação estabelecida na Lei Federal nº 13.005/2014, conforme dados encaminhados pelo Município via SICAP-Atos de Pessoal (relatório anexo extraído da folha do mês de outubro de 2018).

f) Registro de construção de escolas destinadas a educação infantil em creches e pré-escolas: consta obra em Planejamento pelo proponente – Escola Municipal Dona Marina, conforme convênio nº 121587/2018 e Obra cancelada – Creche/Pré-escola 001, conforme Convênio 7366/2016, cuja vigência finda em 30.12.2018.

4. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO:

Diante do exposto, encaminha-se o resultado da fiscalização ao Conselheiro Relator, com as propostas que se seguem:

- a) Determinar a citação do (a) Sr(a) *Ronaldo Rodrigues Parente*, Chefe do Poder Executivo e do (a) Sr(a) *Domingos Cardoso Pereira*, Secretário(a) da Educação do Município de *São Bento do Tocantins* para que apresentem alegações de defesa sobre as irregularidades apuradas no para que apresentem alegações de defesa sobre as irregularidades apuradas no **item I** deste Relatório, com fundamento no artigo 27, I da Lei Estadual nº 1.284/2001.
- b) Determinar ao Sr(a) *Ronaldo Rodrigues Parente*, Chefe do Poder Executivo e a(o) Sr(a) *Domingos Cardoso Pereira*, Secretário(a) da Educação do Município de *São Bento do Tocantins* que:
 - b.1) Formule as Leis do Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos anuais de forma a assegurar a consignação de dotações orçamentárias específicas que viabilizem a execução das ações necessárias ao alcance das metas e prazos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
2ª DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO

estabelecidos na Lei do Plano Nacional e Plano Municipal da Educação (artigo 10 da Lei PNE 13.005/14);

b.2) Confira absoluta prioridade na realização de ações necessárias para atender as Metas do Plano Nacional de Educação cujo prazo já se exauriu, em especial à Meta 1, 7 e 18 do PNE, e respectivas estratégias do Plano Nacional da Educação, destacando-se:

1. Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta (estratégia 1.3 do PNE)
2. Estabelecer normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches; (estratégia 1.4)
3. Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos (estratégia 1.15)
4. Realizar e publicar, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento (estratégia 1.16)
5. Definir metas de expansão da rede pública de educação infantil considerando as peculiaridades locais, bem como expandir e melhorar a rede física de escolas públicas de educação infantil (estratégias 1.1 e 1.5 do PNE)
6. Garantir o transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória (estratégia 7.13);
7. Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a) em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (estratégia 7.17);
8. Estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados (estratégia 18.1);
9. Garantir planos de carreira e remuneração para os profissionais da educação escolar básica pública, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, conforme dispõe a Lei Federal nº 11.738/2008.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
2ª DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO

- c) Fixar prazo de 60 (sessenta) dias ao Sr(a) *Ronaldo Rodrigues Parente*, Chefe do Poder Executivo e ao (a) Sr(a) *Domingos Cardoso Pereira*, Secretário(a) da Educação do Município de *São Bento do Tocantins*, para que apresente o Plano de Ação contendo as ações, orçamentárias ou não, e programas de governo que contribuam para o cumprimento das Metas 1A, 1B, 7 E 18, exigidas pelo Plano Nacional de Educação, conforme minuta em anexo, sob pena de aplicação de multa prevista no artigo 39, da Lei Orgânica deste Tribunal, c/c art. 159 do Regimento Interno, podendo ainda ser considerado que a omissão no encaminhamento do Plano de Ação ou seu descumprimento, dentre outras irregularidades, possam repercutir na análise das contas anuais, sem prejuízo do encaminhamento à Órgão competente em razão do disposto no artigo 208⁴, §2º da Constituição Federal.;
- d) Alertar o(a) Sr(a) *Ronaldo Rodrigues Parente*, Chefe do Poder Executivo e o (a) Sr(a) *Domingos Cardoso Pereira*, Secretário(a) da Educação do Município de *São Bento do Tocantins* com fundamento no artigo 59 da LRF, art. 98 da Lei nº 1284/2001 – LOTCE, e *artigo 3º, IV da Resolução TCE/TO nº 152/2018*, que o Município tende a não cumprir
- 1) em 2024, a Meta 1B do Plano Nacional da Educação que trata da oferta da educação infantil em creches, tendo em vista ter atingido em 2017 o percentual de 0,00% de crianças de até 3 (três) anos matriculadas em creches quando deverá atingir no mínimo 50% em 2024;
 - 2) em 2021, a Meta 7 do PNE, que trata da qualidade do ensino público, medido pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; (item I, alínea “c” deste relatório).

Palmas, 26 de dezembro de 2018.

ANEXOS:

MODELO DE PLANO DE AÇÃO;

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

RELATÓRIO DE OBRAS;

INFORMAÇÕES DA FOLHA.

⁴ Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

(...)I - educação básica **obrigatória** e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

§ 2º O não-oferecimento do ensino **obrigatório** pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

DENIS LUCIANO PEREIRA ARAUJO

Cargo: DIRETOR(A) - Matrícula: 243832

Código de Autenticação: 7c18f92bc0c65267715cbef1da3eb80b - 27/12/2018 17:20:29

DENIS LUCIANO PEREIRA ARAUJO

Cargo: DIRETOR(A) - Matrícula: 243832

Código de Autenticação: 7c18f92bc0c65267715cbef1da3eb80b - 27/12/2018 17:22:10